

O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO EFETIVO DA PMTO E O DÉFICIT EXISTENTE

Alana Cristina dos Santos Moraes Nunes



O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO EFETIVO DA PMTO E O DÉFICIT EXISTENTE

Relatório técnico apresentado pela mestrande Alana Cristina dos Santos Morais Nunes, ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Dra. Darlene Teixeira Castro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Resumo

03

Contexto e/ou organização e/ou
setor da proposta

05

Público-alvo da proposta

07

Descrição da situação-problema

09

Objetivos da proposta de intervenção

11

Diagnóstico e análise

13

Proposta de intervenção

15

Responsáveis pela proposta de
intervenção e data

17

Referências

19

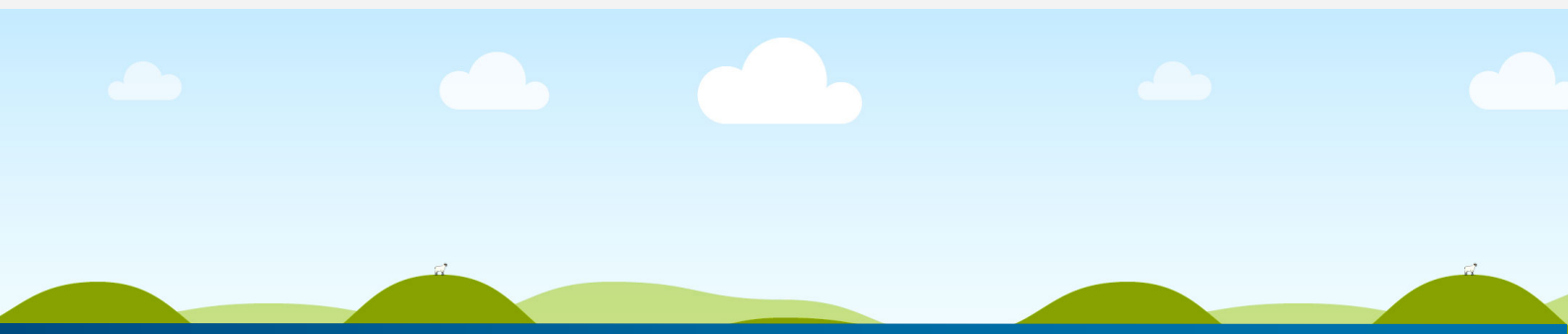
Protocolo de recebimento

20

RESUMO

A segurança pública é um dos pilares da sociedade de uma nação, garantindo a ordem, a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos, sendo, pois, um direito básico de todos. Diante disso, o objetivo deste Relatório Técnico é analisar os processos de inclusão de pessoas da Polícia Militar do Tocantins (PMTO), em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, verificando a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas. Este objetivo, por sua vez, dá margem à seguinte problemática de investigação: De que forma os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, aponta para a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas? Para responder a esta indagação, mobilizamos uma fundamentação teórica desenvolvida a partir da interface entre Políticas Públicas de Segurança (PPS) e Gestão de Pessoas (GP),

uma vez que são saberes teóricos que problematizam aspectos ligados às demandas públicas de segurança em vários âmbitos. A metodologia utilizada é de natureza documental, pois analisamos documentos públicos que evidenciam o déficit no quantitativo de efetivo da PMTO, possibilitando as discussões travadas tanto na dissertação, quanto no presente relatório técnico. A pesquisa revela que a PMTO, desde a aprovação do Quadro de Organização e Distribuição (QOD), sempre apresentou um quantitativo bem abaixo do número proposto pelas PPS do Estado, emergindo disso a necessidade de propostas de inclusão de pessoas para aumentar esse quadro efetivo e, com isso, minimizar os problemas de segurança que venham a afetar a referida unidade federativa.



Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Polícia Militar do Tocantins. Políticas Públicas de Segurança.

CONTEXTO

Neste Relatório Técnico, nos é de interesse as demandas advindas da Polícia Militar do Tocantins (PMTO), considerando o seu quantitativo geral, bem como em cada município tocanтинense. Isso, por sua vez, nos convida a pensar em questões de vulnerabilidade no que se refere à segurança pública, uma vez que o efetivo parece ser insuficiente para atender todos os municípios tocanтинenses. **Corpo** assistência com escalas 24h por dia. Nesse contexto, trazemos reflexões acerca da relação entre efetivo da PMTO e as demandas de Políticas Públicas de Segurança (PPS) que visam garantir a ordem e o bem-estar coletivo no estado.

Na PMTO, de acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 14 DE ABRIL DE 2021, cabe à Diretoria de Gestão Profissional (DGP) a execução, a coordenação, a fiscalização, o acompanhamento e o controle das matérias relacionadas aos profissionais da Corporação; o assessoramento de Comissões; a identificação e a expedição da identidade funcional da Polícia Militar (PM). Compete à Diretoria de Pessoal as atividades relacionadas a administração de pessoal (militares da ativa, inativos, pensionistas e servidores civis) da PMTO.

Nesse caso, emerge a Polícia Militar (PM) como uma corporação ligada à administração pública, que tem como papel zelar pela ordem e segurança pública por meio de um policiamento ostensivo. Em outras palavras, a PM é uma representação do Estado no que compete a sua intervenção nas práticas de ordem e segurança do seio em que opera, com vistas a garantir o bem-estar social (Brasil, 1988; Tocantins, 2012; Tocantins, 2011).

Nesse contexto, a PM tem como responsabilidade zelar pela ordem pública, por meio do policiamento ostensivo, estando diretamente subordinada ao poder executivo. Por isso, cabe ao governo do estado operar, na condição de detentor do poder, organizar processos seletivos para ingresso de novos policiais, bem como de redistribuir aqueles que já constituem o bojo do efetivo atuante (Brasil, 1988; Tocantins, 2012; Tocantins, 2011).

Texto do seu parágrafo

A partir desses princípios legais, redirecionamos nosso olhar à PMTO, corporação que assume posição protagonista nesta investigação científica. Entendemos que é necessário levar em consideração a dinâmica específica do estado do Tocantins para, assim, construirmos um percurso de descrição e análise do efetivo da PMTO. Isso porque o Tocantins se constitui como um estado jovem, em relação aos demais da federação brasileira, o que lhe permite problemas estruturais ainda pequenos no cenário nacional, em detrimento de outros estados maiores e já com um efetivo maior.

Nesse sentido, fica assegurado que o servidor da PMTO, no devido exercício da sua função, tendo tomado posse do cargo de policial devidamente por intermédio de concurso público, não poderá se submeter a greves e nem a sindicalizações, bem como não poderá ter filiação a quaisquer partidos políticos, tal como é definido nos incisos 5 e 6, respectivamente, do Artigo 13 da Constituição do Estado do Tocantins. Isso garante dedicação exclusiva ao policiamento ostensivo, o que corrobora na manutenção da segurança pública tocantinense dentro das limitações permitidas pelo efetivo da PMTO (Tocantins, 2011).

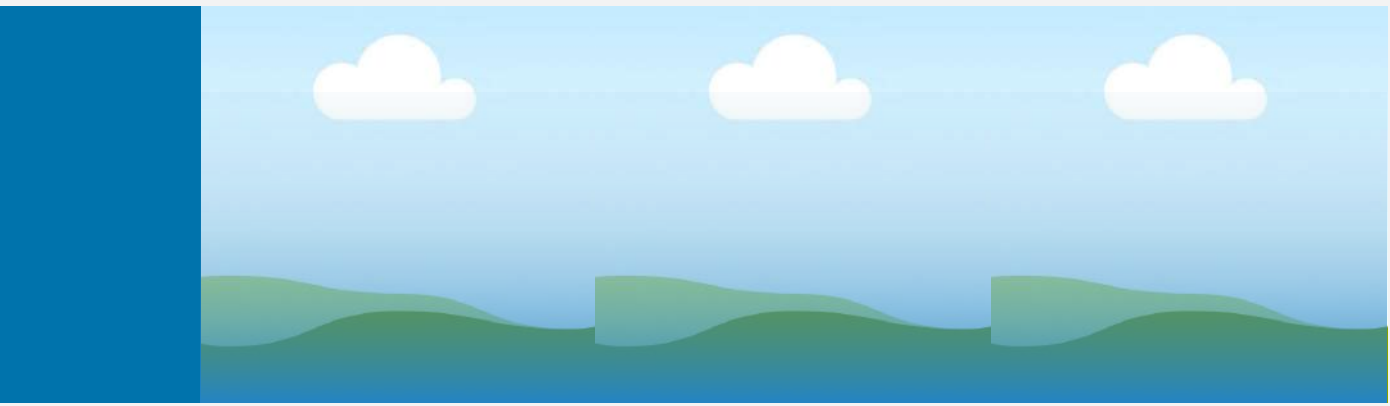
Nesse sentido, pensar no atual efetivo da PMTO é compreender as dinâmicas de Segurança Pública do estado do Tocantins, partindo da premissa de que o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo (QOD) da PMTO segue as orientações propostas no DECRETO nº 6776, de 17 de abril de 2024, o qual prevê um número de 9 mil policiais. Isso, por sua vez, mostra-se como algo bastante distante do que se apresenta na realidade, já que, conforme a DGP do Estado do Tocantins, o efetivo atualmente conta com 3.524 policiais (junho de 2023). Retomaremos a estes dados mais adiante, nessa investigação de mestrado, já que constituem pontos elementares ao entendimento das análises e das reflexões propostas neste processo investigativo.

Outro ponto importante a ser mencionado é o novo Plano de Articulação 2024 da PMTO, aprovado em 14 de fevereiro de 2024, se comparado com o plano de articulação de 2022 nós passamos de 09 (nove) para 14 batalhões – BPMs, que anteriormente eram Companhias Independentes – CIPM, um batalhão deveria ter uma estrutura e um efetivo policial maior que uma CIPM. No entanto, pelo efetivo escasso, o quantitativo não foi aumentado.

Portanto, a disjunção entre o que é proposto pelas PPS no Tocantins e o quadro de efetivo da PMTO tem por consequência municípios desassistidos em tempo integral, tendo uma vigilância pontual. Entendemos que isso colabora para sucessivas oportunidades de desamparo social, o que pode deixar a população à mercê de situações crescentes de violência.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste Relatório Técnico é a Instituição Polícia Militar do Estado do Tocantins, considerando suas especificidades, quantitativo e condições concretas de trabalho junto à população. Para fazermos a comparação, partimos do princípio de que sugere as leis que orientam o número de efetivo de policiais militares do estado, tendo também como comparativo o efetivo de outros estados.



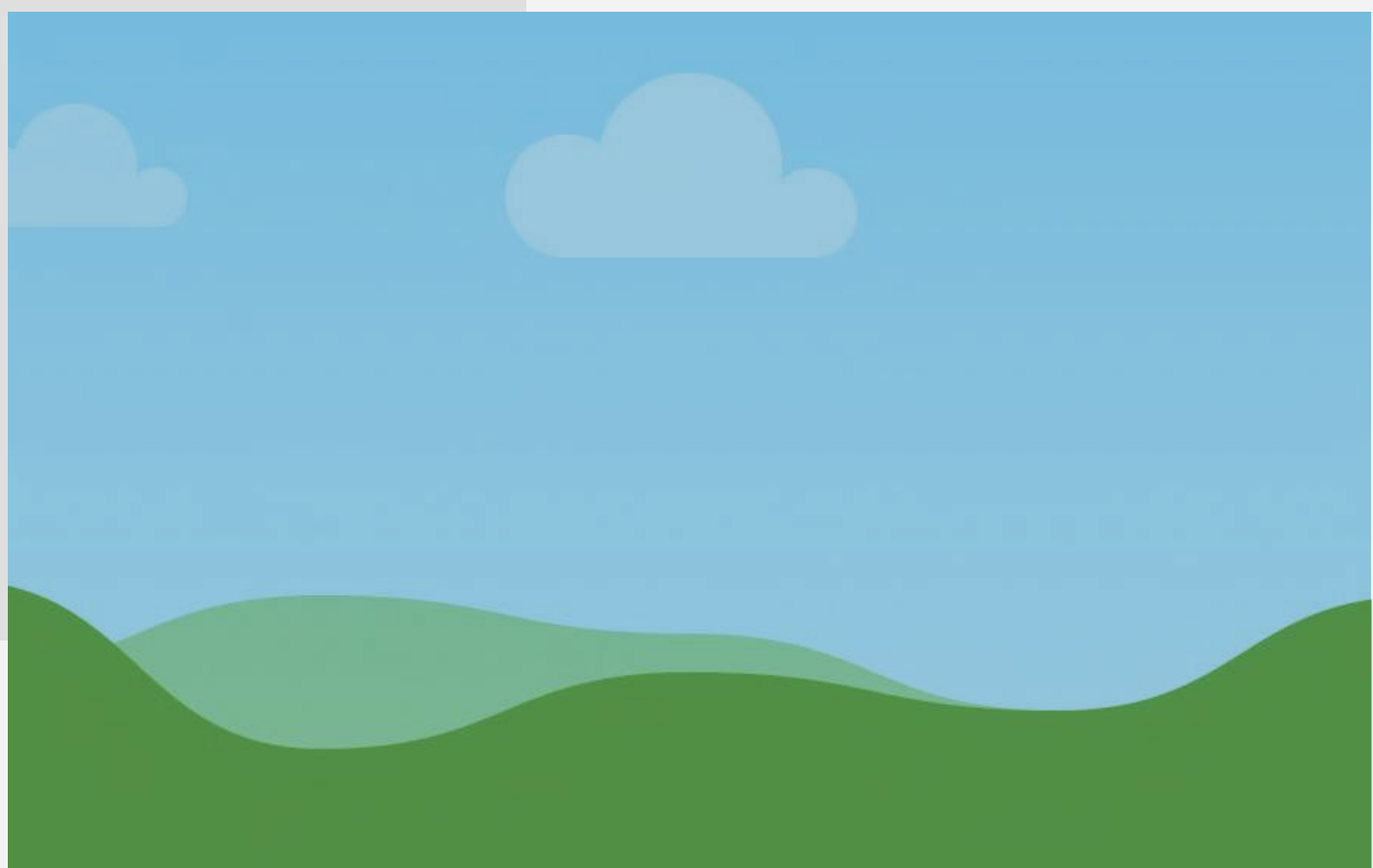
DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Diante de tudo isso, é pertinente propor o seguinte problema de pesquisa: De que forma os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, aponta para a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas?

OBJETIVOS DA PROPOSTA

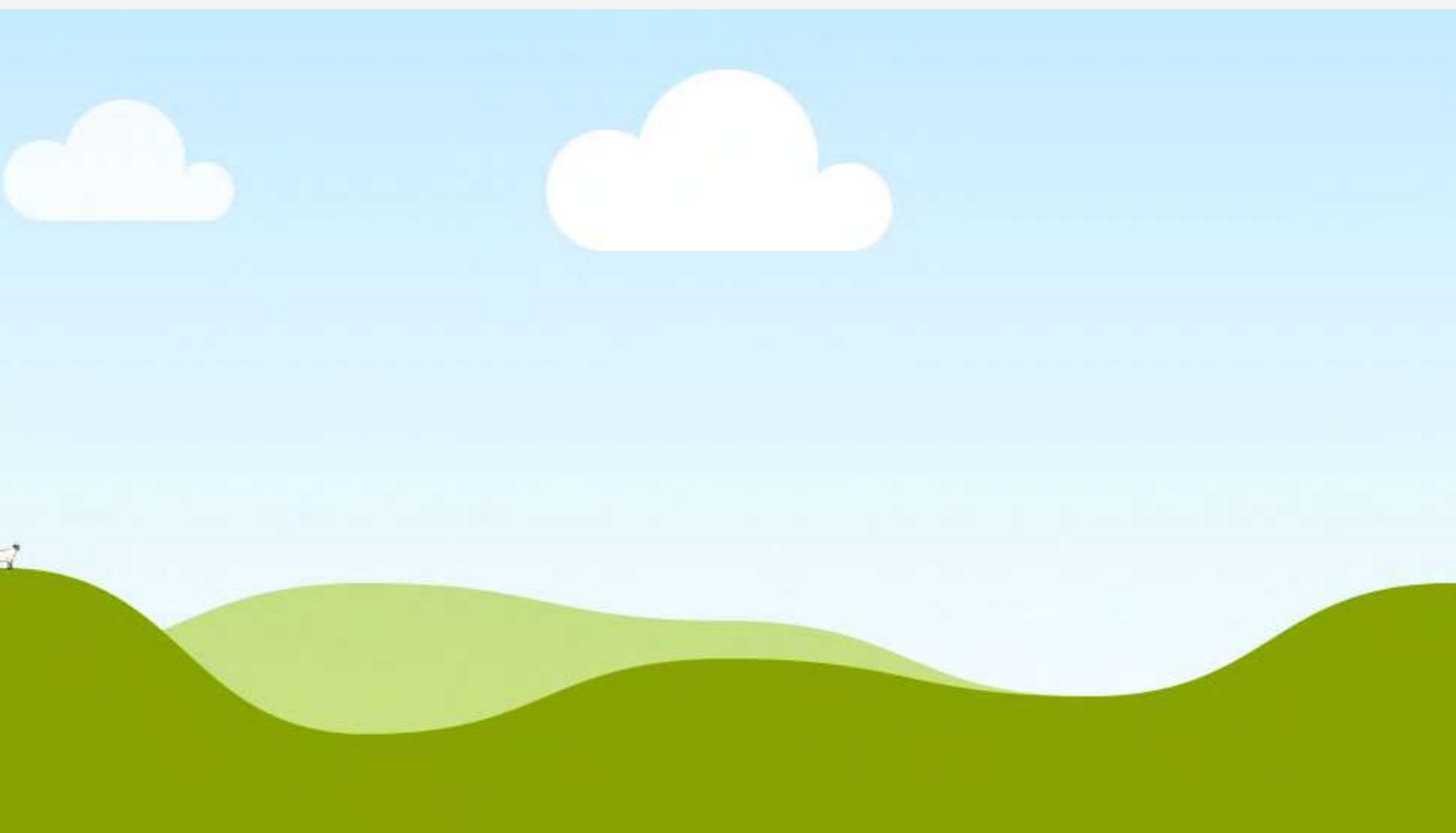
Objetivo Geral

Analisar os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, verificando a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas.



Objetivos Específicos

- ☒ Examinar o efetivo da PMTO, no que se refere ao quantitativo de PM na ativa, bem como a quantidade necessária à realização das atividades da instituição, por meio de uma comparação do efetivo no decorrer dos anos;
- ☒ Verificar o planejamento e a periodicidade de inclusão de PM, implementados em outras polícias militares, trazendo o exemplo de uma coirmã de cada região do Brasil e como são realizados esses processos, por meio de um mapeamento feito no Anuário Brasileiro de Segurança Pública;
- ☒ Elencar os benefícios gerados à PMTO pela elaboração e implementação de uma inclusão continuada de pessoas, por intermédio de uma proposta de ingresso continuado.

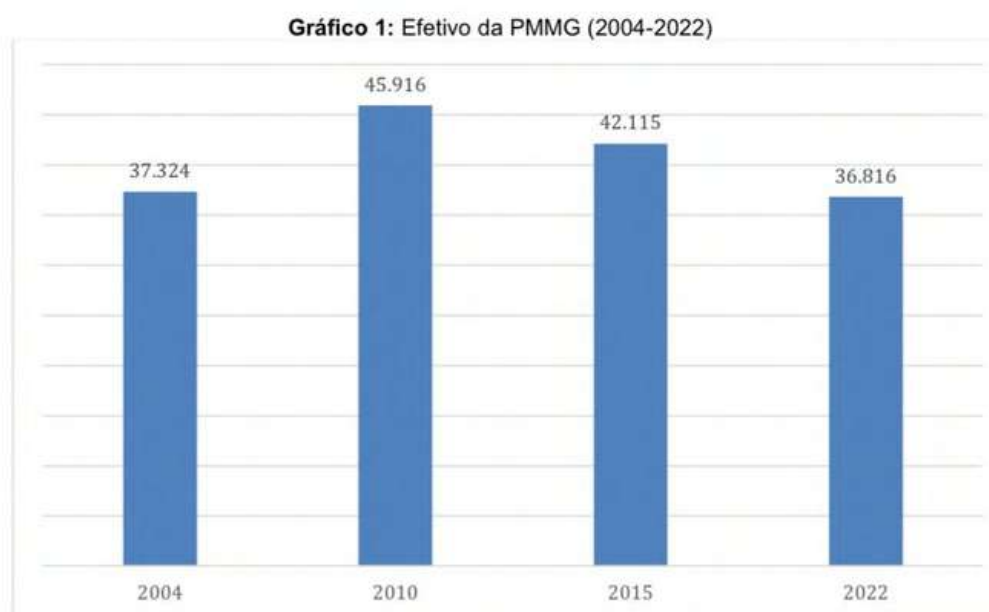


DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Minas Gerais

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Por ser uma das maiores organizações policiais militares no Brasil, entendemos que seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional.

Abaixo, o Gráfico 1:



Fonte: Da pesquisa

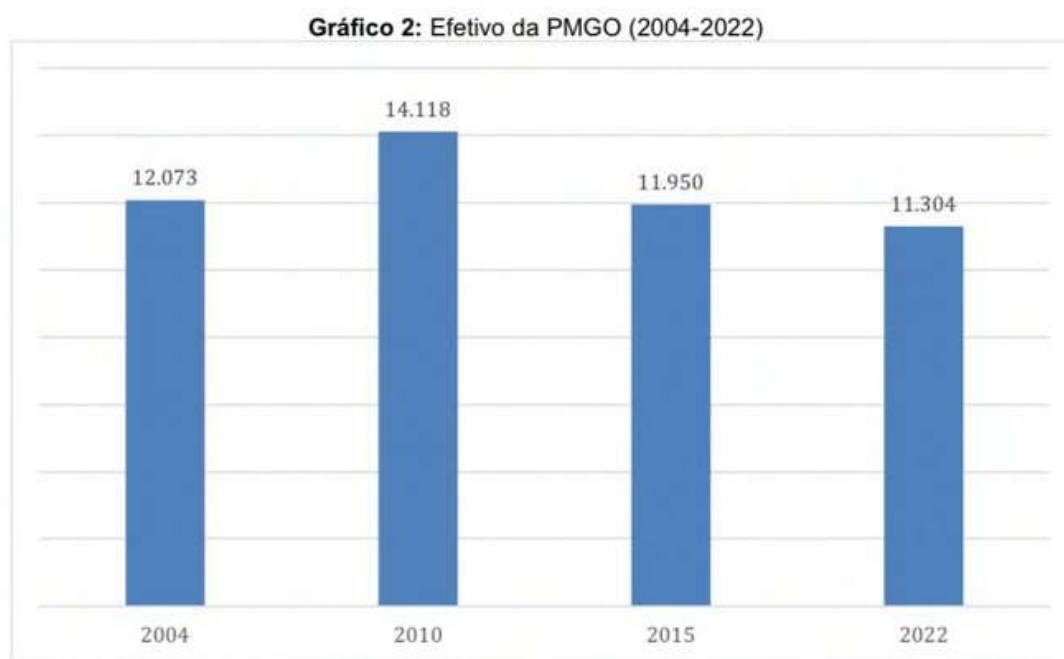
De acordo com o gráfico acima, a PMMG apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 45.916 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (42.115), de 2004 (37.324) e, por último, de 2022 (36.816).

Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMMG, representando uma queda expressiva no número de efetivo em relação a 2015. Isso, por sua vez, representa um ponto negativo à segurança pública de Minas Gerais, pois significa uma baixa no campo do policiamento ostensivo no estado, uma vez que Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do Brasil, conforme IBGE (2022).

Goiás

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de Goiás (PMGO). Trata-se de uma organização que apresenta alguma similaridade com a realidade do Tocantins, tanto por questões geográficas, quanto por questões históricas. Por isso, entendemos que o mapeamento do seu efetivo é representativo para o entendimento da PMTO.

Abaixo, o Gráfico 2:



Fonte: Da pesquisa

De acordo com o gráfico acima, a PMGO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 14.118 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2004 (12.073), de 2015 (11.950) e, por último, de 2022 (11.304).

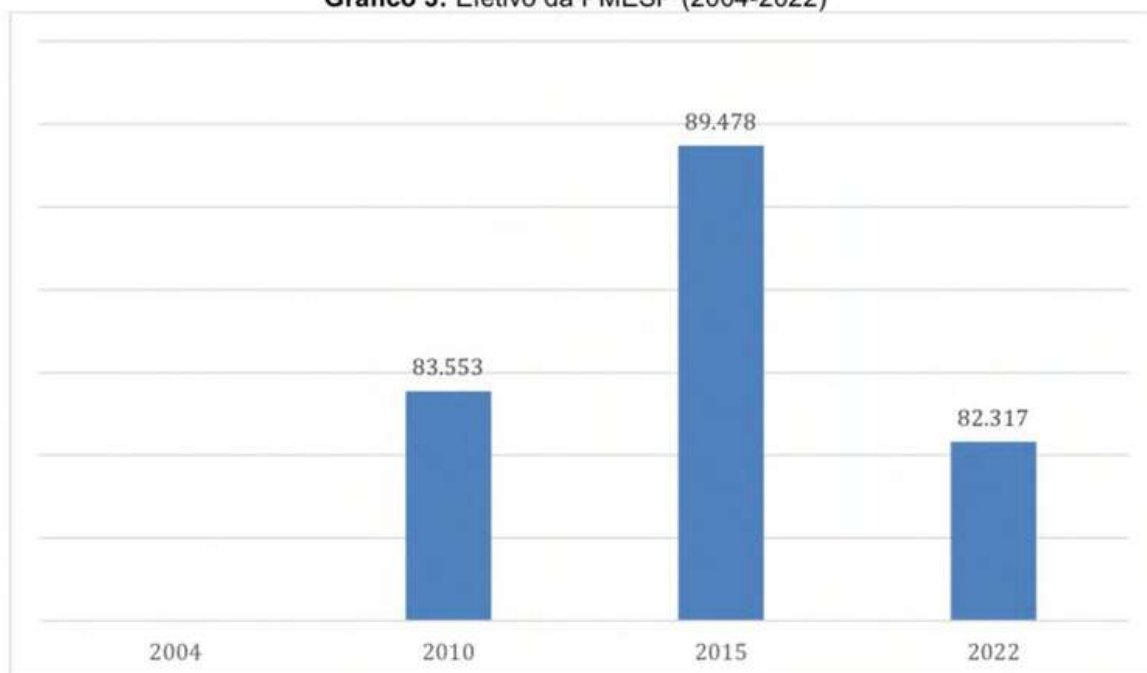
De acordo com a linha do tempo, o ano de 2022 apresenta o menor quantitativo da PMGO, de modo a ilustrar uma queda no número do efetivo em relação a 2010. Isso, por sua vez, pode gerar reflexos em toda a região, uma vez que a segurança pública do Goiás exerce grande importância, sobretudo nos estados vizinhos, como é o caso do Tocantins (Vilarinho e Cunha, 2021).

São Paulo

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de São Paulo (PMESP). Trata-se da maior PM do Brasil, considerando, pois, as demandas geográficas e demográficas do Estado de São Paulo. Entendemos que seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional.

Abaixo, o Gráfico 3:

Gráfico 3: Efetivo da PMESP (2004-2022)



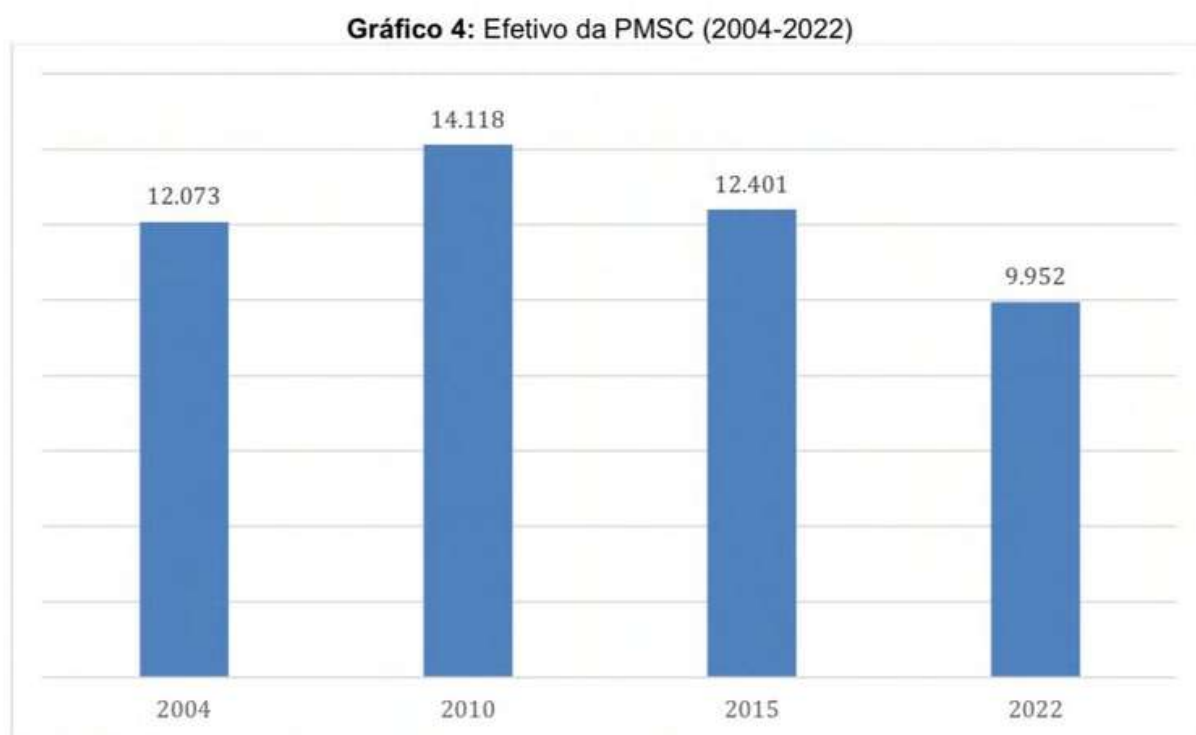
De acordo com o gráfico acima, a PMESP apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2015, quando foi registrado um quantitativo de 89.478 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2010 (83.553) e 2022 (82.317). Em tempo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública não apresentou o quantitativo do efetivo da PMESP referente ao ano de 2004.

Nesse sentido, é possível perceber uma queda no quantitativo do efetivo da PMESP de 2022 em relação a 2015, com uma baixa de 7.161 PM. Trata-se de um número bastante considerável e muito preocupante no que se refere ao cenário nacional, já que a referida PM é a organização policial de maior número no país (Cubas; Alves; Oliveira, 2020).

Santa Catarina

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). Trata-se de uma das organizações mais antigas do Brasil. Portanto, de suma importância em pesquisas que versam sobre a temática que apresentados nesta dissertação.

Abaixo, o Gráfico 4:



Fonte: Da pesquisa

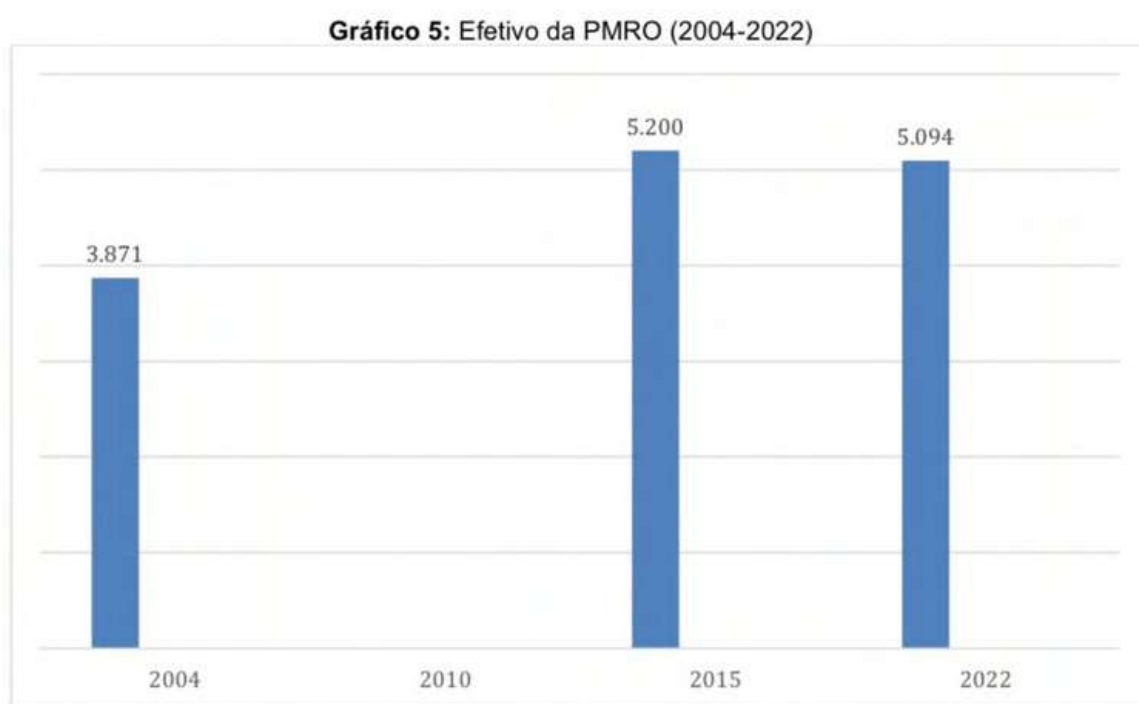
De acordo com o gráfico acima, a PMSC apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 14.118 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (12.401), de 2004 (12.073) e, por último, de 2022 (9.952).

Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMSC contido no gráfico. Com relação ao ano de 2015, houve uma redução bastante significativa, com um decréscimo de 2.449 PM, algo muito representativo ao Estado de Santa Catarina, uma vez que a PMSC é uma das organizações policiais mais importantes da Região Sul (Ferreira et al, 2020).

Rondônia

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de Rondônia (PMRO). Por ser uma organização policial militar bem representativa da região Norte, entendemos que seu mapeamento é bastante relevante ao cenário regional e nacional.

Abaixo, o Gráfico 5:



Fonte: Da pesquisa

De acordo com o gráfico acima, a PMRO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2015, quando foi registrado um quantitativo de 5.200 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2022 (5.094) e de 2004 (3.871). Em tempo, o Anuário Nacional de Segurança Pública não apresenta os dados referentes ao quantitativo da PMRO no ano de 2010.

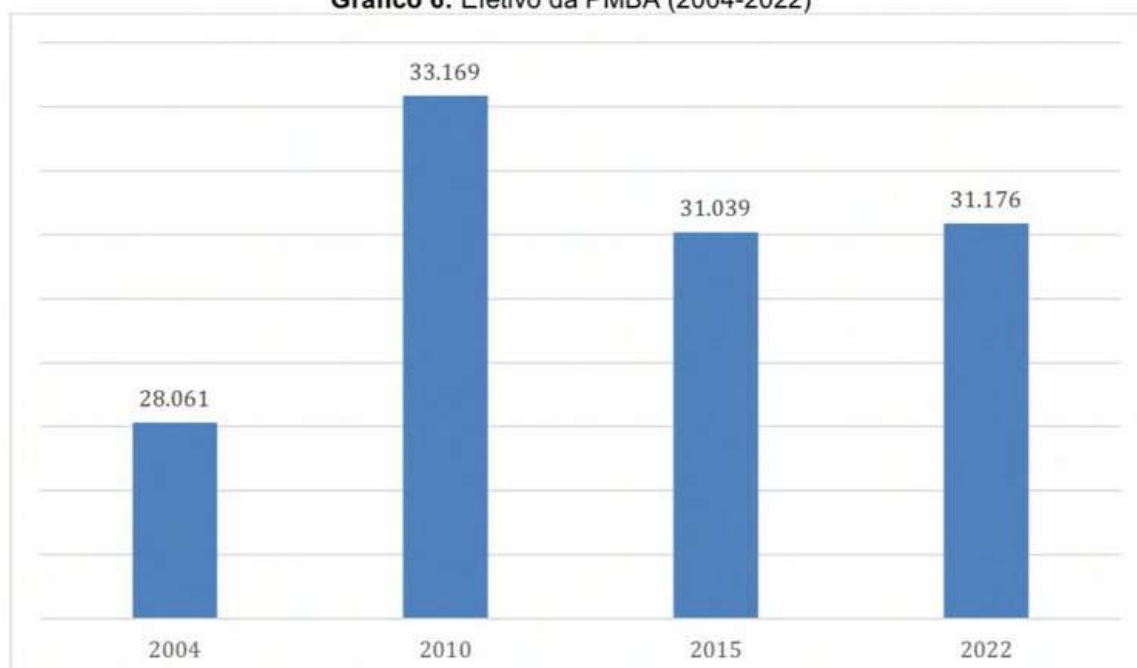
Diferentemente das demais PMs, houve pouca redução do número de efetivo de 2022 em relação a 2015. No entanto, ainda assim, é oportuno observar essa pequena disjunção no quantitativo e analisar possíveis fatores que operaram para esta redução (Marçal et al, 2020).

Bahia

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar da Bahia (PMBA). Assim como as demais, o seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional, considerando o fato de ter um dos maiores quantitativos de efetivo no país.

Abaixo, o Gráfico 6:

Gráfico 6: Efetivo da PMBA (2004-2022)



Fonte: Da pesquisa

De acordo com o gráfico acima, a PMBA apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 33.169 policiais militares. De maneira decrescente, segue o ano de 2022 (31.176), de 2015 (31.039) e, por último, de 2004 (28.061).

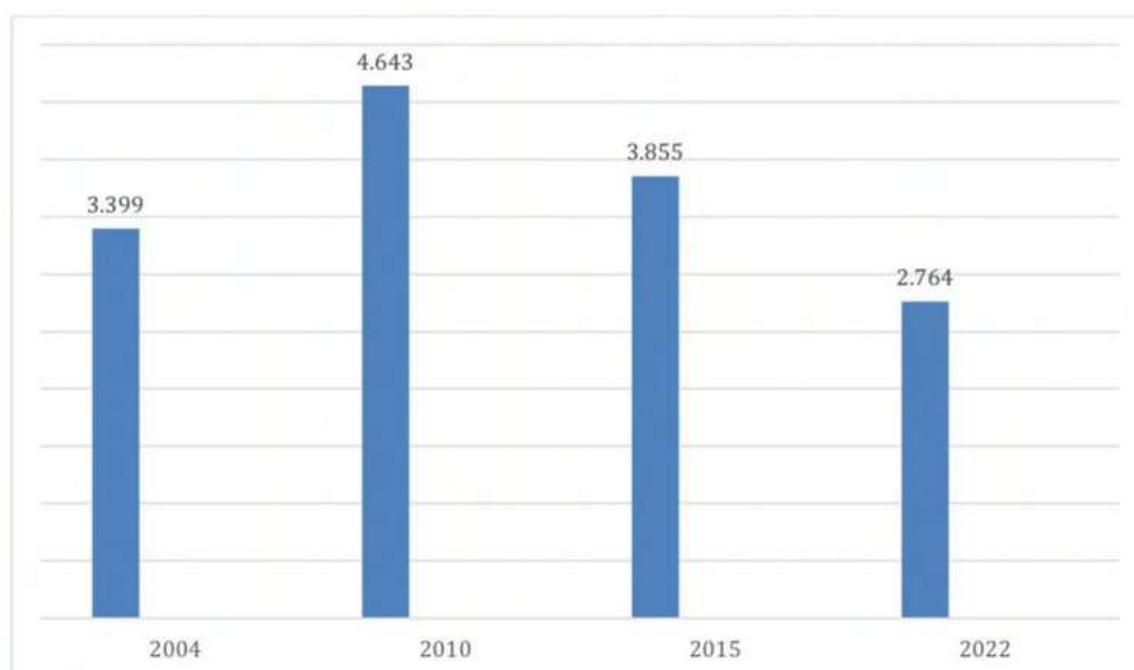
Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 apresentou um pequeno crescimento em relação a 2015, gerando um acréscimo de 137 PMs, algo diferente do que foi percebido nos estados mencionados neste trabalho anteriormente. Isso é importante, pois aponta para uma pequena projeção de melhora na segurança pública do Estado da Bahia, o que reforça o papel agregador deste policiamento em toda a Região Nordeste do país (Albuquerque; Machado, 2001).

Tocantins

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da PMTO. Trata-se da PM que se constitui como foco deste trabalho. O mapeamento das anteriores colabora para o entendimento das consequências do baixo quantitativo de efetivo no Tocantins

Abaixo, o Gráfico 7:

Gráfico 7: Efetivo da PMTO (2004-2022)



Fonte: Da pesquisa

De acordo com o gráfico acima, a PMTO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 4.643 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (3.855), de 2004 (3.399) e, por último, de 2022 (2.764).

Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMTO em todo o gráfico, algo preocupante no que compete à segurança pública do estado. No ano de 2022, em relação a 2015, houve um decréscimo de 1.091 PM, o que representa sérias lacunas no efetivo da PMTO. Trata-se de uma perda severa de policiais, o que compromete diretamente o policiamento ostensivo tocantinense.

Comparando o Efetivo

Nesta seção, vamos comparar os quantitativos de efetivo da PM dos estados acima mencionados entre 2004 e 2022. Esta comparação nos permite perceber o déficit da PMTO em relação ao cenário da Região Norte e também do Brasil como um todo. Isso porque, mesmo em seu ano com o maior número de efetivo, ainda estava bem abaixo do previsto no QOD. Abaixo, o Quadro 1, em que é possível perceber a listagem do quantitativo por estado e por ano correspondente.

Quadro 1: Comparação dos Efetivos

Estado	2004	2010	2015	2022
Minas Gerais	37.324	45.916	42.115	36.816
Goiás	12.073	14.118	11.950	11.304
São Paulo	---	83.553	89.478	82.317
Santa Catarina	11.769	13.221	12.401	9.952
Rondônia	3.871	---	5.200	5.094
Bahia	28.061	33.169	31.039	31.176
Tocantins	3.399	4.643	2.926	2.764

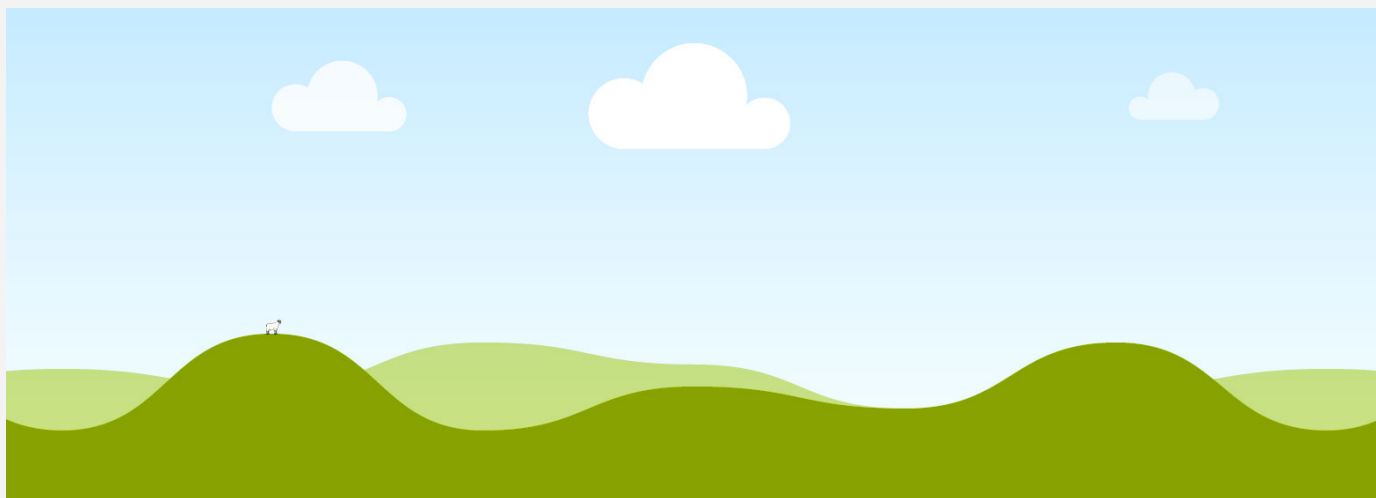
Fonte: Da autora

A partir da leitura do quadro acima, podemos perceber que a maioria dos estados apresentaram queda no número de efetivo de 2022 em relação a 2015, tal como é possível perceber em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins. Como exceção, temos apenas a Bahia, que apresentou um pequeno crescimento.

De uma forma geral, o ano de 2010 parece ter sido o período em que as PMs dos referidos estados demonstraram um maior potencial de crescimento, em relação a 2004. É possível perceber isso observando o quantitativo de Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Bahia e Tocantins. Os estados de São Paulo e Rondônia não tiveram seus números pontuados no Anuário Nacional de Segurança Pública, respectivamente em 2004 e 2010.

No que compete à PMTO, em especial, é possível perceber que sempre esteve bem baixo dos 9 mil, quantitativo proposto pelas PPS do Estado do Tocantins (DECRETO nº 6776, de 2024). Isso, por sua vez, evidencia um alto déficit na segurança pública tocantinense que, ao ser uma das menores e mais novas do país, deve estar preparada para atuar 24h em todos os municípios que compõem o seu território.

Em outras palavras, pensar no quantitativo de efetivo da PMTO é, sobretudo, entender as dinâmicas sociais do Estado do Tocantins, que, por ser o mais novo da federação, ainda apresenta uma conjuntura com problemas elementares, em comparação aos demais estados listados nesta pesquisa. Por isso, é necessário rever as PPS tocantinenses, uma vez que isso deve favorecer o bem-estar e segurança dos cidadãos.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção contida neste Relatório Técnico consiste na implantação de uma política pública que possa oferecer concursos públicos regularmente de maneira anual e de forma progressiva. Isso, por sua vez, nos parece uma medida eficaz à diminuição do déficit, considerando um tempo de médio a longo prazo.

Diante disso, consideramos pertinente se for do interesse da PMTO, designar uma comissão com as seções de Estado Maior envolvidas no processo de seleção e inclusão, que possa analisar a viabilidade de implementar o processo seletivo público anual que contemple um período de 05(cinco) anos, ou o máximo permitido pela lei, em detrimento de um processo de contratação para cada concurso.

Entendemos, portanto, que o ingresso continuado de policiais por intermédio de concursos públicos anuais é uma possibilidade de colaborar com a melhora do panorama identificado nesse trabalho. Dessa forma, partimos do pressuposto de que se o ingresso for contínuo, é possível aumentar o efetivo da PMTO a longo prazo e, com isso, ter maiores condições de atender às demandas emergentes, garantindo, assim, maiores condições de segurança pública ao Estado do Tocantins.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Os responsáveis pela proposta de intervenção prevista neste Relatório Técnico é a PMTO, por intermédio de comissão de concurso público é a Diretoria de Gestão Profissional (DGP), responsável por gerir e acompanhar a execução da referida proposta.

- BAHIA. Polícia Militar do Estado da Bahia, 2024. Disponível em: << <https://http://www.pm.ba.gov.br/#Concurso/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2007.
- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 12 abril 2024.
- DECRETO nº 6776, de 17 de abril de 2024 e Anexo Único: Quadro de organização e distribuição do efetivo - QOD DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - PMTO. Disponível em: << <https://portal.pm.to.gov.br/normas>>>. Acesso em: 28 de abril 2024.
- EDITAL Nº 002/CFO-2009/PMTO - DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/ CFO-2009/PMTO. Disponível em: <<http://www.copese.ufu.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1767>>.
- GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás, 2024. Disponível em: <<<https://www.pm.go.gov.br/cursos-e-concursos/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE, 2022.
- MINAS GERAIS. Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, 2024. Disponível em: <<<https://inscricao.crs.policiamilitar.mg.gov.br/#/concurso/search/1>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- RONDÔNIA. Polícia Militar do Estado de Rondônia, 2024. Disponível em: << https://www.pm.ro.gov.br/?page_id=38307>>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- SANTA CATARINA. Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, 2024. Disponível em: <<<https://www.pm.sc.gov.br/concursos/concursos-para-soldados-da-pmsc> e <https://www.pm.sc.gov.br/concursos/concursos-para-oficiais-da-pmsc>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2024. Disponível em: << <https://www.concursos.policiamilitar.sp.gov.br/concurso/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- TOCANTINS. [Constituição (2011)] Constituição do Estado do Tocantins, de 21 de dezembro de 2011. Tocantins, TO. Disponível em: <<<https://central3.to.gov.br/arquivo/470931/>>>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- TOCANTINS. Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins. Tocantins, TO. 2012. Disponível em: <<<https://central3.to.gov.br/arquivo/269664#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20dos,Tocantins%2C%20e%20adota%20outras%20provid%C3%A2ncias>>>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. 2024. Disponível em: <<<https://www.to.gov.br/pge/o-tocantins/bc6xc8ay67l>>>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- TOCANTINS. Policiais Militar do Estado do Tocantins. 2024. Disponível em: <<<https://www.to.gov.br/pm/concursos/yq7tgad9dkk>>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

Ao Excelentíssimo Senhor,
Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO - Secretário de Estado

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado "O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO EFETIVO DA PMTO E O DÉFICIT EXISTENTE", derivado da dissertação de mestrado de mesmo título, de autoria da mestranda ALANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS NUNES.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Federal do Tocantins - UFT.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um "Relatório Técnico Conclusivo" e seu propósito é "registrar o objetivo da proposta de intervenção".

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço rprofiap@mail.uft.edu.br.

Registro de recebimento

Palmas, TO 08 de junho e 2024.

Discente: Alana Cristina dos Santos Morais Nunes, mestranda.

Orientadora: Darlene Teixeira Castro, Doutora.

Universidade Federal Tocantins – UFT.

Palmas – TO, 08 de junho de 2024.

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DO PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

Ao Excelentíssimo Senhor,
Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO - Secretário de Estado

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado "O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO EFETIVO DA PMTO E O DÉFICIT EXISTENTE", derivado da dissertação de mestrado de mesmo título, de autoria da mestrandia ALANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS NUNES.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Federal do Tocantins - UFT.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um "Relatório Técnico Conclusivo" e seu propósito é "registrar o objetivo da proposta de intervenção".

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço rprofiap@mail.uft.edu.br.

Palmas, TO 08 de junho e 2024.

Registro de recebimento


Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO
Matr. 846573 RG: 04.122/1
DOE nº 6160/2022 ATO nº 1.883 - NM.